

Novo Plano de Carreira já tem sete votos favoráveis

Falta pouco. Aprovação da matéria na Comissão Geral de Pareceres, ontem, aponta para votação tranquila no plenário

■ Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br

Pelo menos sete dos dez vereadores já abriram voto a favor do novo Plano de Carreira do funcionalismo. A matéria foi discutida novamente ontem, quando recebeu o aval da Comissão Geral de Pareceres. Os cinco integrantes da CGP, Márcio Müller (PTB), Renato Kranz (PMDB), Marcos Gehlen (PT), Dorivaldo da Silva (PDT) e Gustavo Zanatta (PP) aprovaram o texto. Ari Müller já anunciou que vota sim e como Rose Almeida (PP) tem sido uma das principais defensoras do projeto, a menos que alguém mude de opinião, a matéria será transformada em lei. A análise no plenário ocorrerá quinta-feira à noite, a partir das 19h.

Nesta terça, a pedido do vereador Roberto Braatz (PDT), foram ouvidos novamente integrantes da comissão de servidores

do vereador Roberto Braatz (PDT), foram ouvidos novamente integrantes da comissão de servidores encarregada de elaborar o projeto. Estiveram no legislativo a presidente Carline Porn, a secretária Janete Groth e os membros Cláudio Almeida e Cleusa Marca. Respondendo a perguntas dos legisladores, o

grupo explicou que a base do projeto é um estudo elaborado pela universidade Feevale, nos anos de 2011 e 2012, por solicitação do então prefeito Percival de Oliveira. Na época, por falta de tempo para elaboração de um estudo de impacto financeiro, a matéria não chegou a ser encaminhada para votação.

Em julho de 2013, atendendo a solicitações do funcionalismo, o novo prefeito, Paulo Azeredo, nomeou uma comissão de nove servidores para analisar o texto. "Na época, repassamos este material aos colegas para avaliação e sugestões de mudanças e melhorias, mas o retorno foi muito baixo", recorda Carline. Em março de 2014, este trabalho foi concluído, com a apresentação da proposta ao chefe do Executivo.

A comissão recorda que Azeredo determinou que todos os secretários deba-

A comissão recorda que Azeredo determinou que todos os secretários deba-



INTEGRANTES da comissão responsável pela elaboração do projeto do novo Plano foram sabatinados pela Câmara de Vereadores nesta terça-feira

projeto à Câmara, com a convicção de que a implantação era viável.

projeto à Câmara, com a convicção de que a implantação era viável.

Segundo Carline, grande parte das sugestões apresentadas pela Feevale foi preservada. Entre elas, a aglutinação de cargos com atribuições semelhantes, mas nomes diferentes; o aumento das progressões por tempo de serviço e a

valorização da escolaridade e dos cursos de aperfeiçoamento dos servidores

valorização da escolaridade e dos cursos de aperfeiçoamento dos servidores. "Como não tínhamos ideia de quanto seria o custo das modificações sobre a folha de pagamento, o Plano foi elaborado com os pés no chão, com foco na realidade dos servidores e do Município", completou a secretária Janete Groth.

O Número

MUDANÇAS NA LEI

O Número

MUDANÇAS NA LEI

A implantação do novo Plano de Carreira dos servidores públicos municipais de Montenegro vai representar um aumento de cerca de R\$ 300 mil por mês na folha de pagamento

- O valor de referência, sobre o qual são calculados todos os vencimentos, que era inferior ao salário mínimo nacional, subirá de R\$ 814,88 para R\$ 1.187,50. A medida terá um reflexo mínimo de R\$ 300,00 na conta de cada servidor. - O número de categorias funcionais caiu de 63 para 49 pela aglutinação de vários cargos que desempenhavam funções semelhantes, mas tinham nomes diferentes.

EDITAL DE CASAMENTO

Romário Pazutti Mezzari, Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de Montenegro/RS, faz saber que pretendem se casar:

Edital número 11067 - LUIZ FERNANDO OSSIG JAEGER, filho de Luiz Augusto Machado Jaeger e Zuleica Maria Ossig e BRUNA BECKER PEIXOTO, filha de Décio Pinheiro Peixoto e Adriane Teresinha Becker Peixoto.

Edital número 11068 - MARCO AURELIO WINCH, filho de Rubem Carlos Winch e Lira Kirschener Winch e GISELI GONÇALVES DA SILVA, filha de José Carlos Pereira da Silva e Sônia Mara Gonçalves da Silva.

Edital número 11069 - CRISTIANO MEIRELLES, filho de Carlos Alberto Meirelles e Ione Elisabeta Meirelles e KETLYN MAINÁ SANTOS DA ROZA, filha de Cleudio Santos da Roza e Ivani Angélica Santos da Roza.

Edital número 11070 - MAURO SILVEIRA DE AVILA, filho de Vandeli Silveira de Avila e Edei Dorides de Avila e JOCELAINE SILVA MARTINS, filha de Volmar Moreira Martins e Maria Joana Moreira Martins.

Edital número 11071 - ABDULLAH KHAN, filho de Yar Gul Khan e Asal Bibi e ANDRESSA DOS SANTOS BUENO, filha de Bento da Silva Bueno e Maria Nelci Bueno dos Santos.

Edital número 11072 - ADELMIRO DUARTE FLORES, filho de José Adelar Flores e Lúcia Duarte Flores e GABRIELA CERESA GOMES, filha de Velter Farias Gomes e Giuliana Bianca Antunes Ceresca.

Se alguém souber de algum impedimento oponha-o na forma da Lei.

Montenegro/RS, 23 de novembro de 2015.

ROMÁRIO PAZUTTI MEZZARI
Oficial

Rua Olavo Bilac, nº 1589, Montenegro/RS, telefone: 51 3649 6800, horário de atendimento das 9h às 11h30 e das 13h30 às 17h.

Braatz questiona as promoções e faz alerta

Ontem, as principais dúvidas foram levantadas pelo vereador Roberto Braatz (PDT). Ele acha que a sociedade pouco será beneficiada pela forma como se dará a valorização pela escolaridade e cursos de aperfeiçoamento. No que diz respeito à formação, por exemplo, um funcionário admitido em concurso de nível médio, quando fizer uma faculdade de qualquer tipo, poderá requerer reajuste de 8% sobre o vencimento básico de sua categoria. O vereador entende que o adicional só deveria ser pago se a formação tiver ligação com a atividade exercida. "Qual o interesse público desse aumento se o curso for só para contemplar um hobby?", questionou.

A comissão, porém, entende que só o fato de estar na universidade já qualifica o trabalhador, independente da faculdade que frequenta. "Todas elas abrem horizon-

tes, agregam conhecimento", aponta Cleusa Marca. A comissão lembrou que o Executivo pode, eventualmente, redistribuir os servidores para áreas onde aquele conhecimento será mais útil à população.

Na mesma linha, Braatz também questionou as promoções por cursos de qualificação. Pelo texto, até treinamentos de apenas 40 horas/aula podem render adicionais de salário. "É muito pouco para impactar sobre a qualidade do atendimento aos contribuintes", acredita. Os integrantes da comissão, contudo, alegam que, para algumas áreas, é difícil encontrar cursos de capacitação. "Também é preciso lembrar que o servidor só terá uma promoção a cada cinco anos, ou por escolaridade, ou por curso profissionalizante", explica Carline.

Por outro lado, o verea-

dor acredita que o momento não é adequado para fazer mudanças tão profundas. Ainda que, no primeiro ano, os adicionais não alcancem os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para gastos com pessoal, o Brasil está em crise. "Todos os indicadores apontam para tempos difíceis, com desemprego, queda na atividade produtiva e, por consequência, na arrecadação dos impostos", alertou. Além disso, lembrou que a Prefeitura está construindo novas escolas nos bairros Senai e Estação, que exigirão a contratação de mais funcionários.

O vereador Ari Müller (PDT) adiantou que votará a favor do projeto, mas fez uma sugestão aos servidores. "Rezem para não terem os salários atrasados a partir de 2017, porque se essa crise continuar, teremos tempos muito difíceis."

- O valor de referência, sobre o qual são calculados todos os vencimentos, que era inferior ao salário mínimo nacional, subirá de R\$ 814,88 para R\$ 1.187,50. A medida terá um reflexo mínimo de R\$ 300,00 na conta de cada servidor. - O número de categorias funcionais caiu de 63 para 49 pela aglutinação de vários cargos que desempenhavam funções semelhantes, mas tinham nomes diferentes. - No quesito tempo de serviço, o servidor tinha reajustes em apenas quatro momentos, até os 22 anos de atividades. Agora, serão oito e a progressão ocorrerá até o 38º ano de trabalho. - Ao longo da carreira, o funcionário que continuar estudando e fazendo cursos terá a oportunidade de alcançar um reajuste de até 32% sobre o valor básico da sua categoria. - Será criada a Comissão Permanente de Acompanhamento do Plano de Carreira. O grupo será formado por seis servidores indicados pelo Executivo e mais três pelo Sindicato dos Municipais. Eles farão o enquadramento de todos os colegas dentro das novas regras, especialmente no que diz respeito à progressão por escolaridade e cursos de aperfeiçoamento.